



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.652-C, DE 2016 **(Do Sr. Cleber Verde)**

Altera a Lei nº 12.727 de 17 de Outubro de 2012, que Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; tendo parecer: da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. DANIEL COELHO); da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, pela aprovação na forma do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (relator: DEP. LÁZARO BOTELHO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas, e do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com subemenda de redação (relator: DEP. PEDRO LUPION).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL;
AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

SUMÁRIO

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão

III - Na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

IV - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

- Parecer do relator
- Emendas oferecidas pelo relator (4)
- Subemenda oferecida pelo relator
- Parecer da Comissão
- Emendas adotadas pela Comissão (4)
- Subemenda adotada pela Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Inciso XXIV do Art. 3º da Lei 12.727 de Outubro de 2012, incluído como Inciso XXIV do Art. 3º da Lei 12.651 de 25 de maio de 2012 passa a vigorar com a seguinte redação;

Art. 3º Para efeitos desta Lei entende-se por:

XXIV - Pousio: prática de interrupção temporária de atividades ou usos agrícolas, pecuários e silviculturais, por no máximo 5 (cinco) anos, para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo. **Comprovado por meio de declaração emitida por órgão competente registrando a data de início do pousio.**

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O Presente projeto de lei tem por finalidade alterar o Inciso XXIV do Art. 3º da Lei 12.727 de 17 de Outubro de 2012, incluído como Inciso XXIV do Art. 3º da Lei 12.651 de 25 de Maio de 2012, pelos motivos apresentados.

O pousio é uma prática de interrupção das atividades agrícolas para a recuperação do solo e conforme a legislação atual pode ter um prazo máximo de 5 (cinco) anos. O fato é que a legislação não define um modelo de registro do início desse prazo.

Para que a lei possa gerar os benefícios a que se propõe, principalmente em se tratando de prazos é necessário que seja formalizada a data de início de contagem desse prazo. Para que isso ocorra deve haver uma metodologia para que seja comprovado que a terra está apta para o início do pousio e a partir daí gerar uma contagem real desse prazo.

A lei não pode servir de subterfúgio para contribuir com o aumento de

terras improdutivas, quando a real intenção é exatamente o oposto fazendo com que se tenha uma legislação clara e eficiente tanto para áreas de proteção ambiental como para as áreas de produção agrícola.

Para isso é necessário que haja uma fiscalização do órgão competente para que por meio de uma declaração fique registrado a data de início em que a terra está apta para o início do pousio.

Essa alteração visa implementar um acompanhamento mais próximo da melhor maneira de utilização das terras produtivas, para que haja uma funcionalidade real ao que se propõe a Lei 12.727/12.

Neste sentido, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposta.

Brasília, 8 de março de 2016.

DEPUTADO CLEBER VERDE
PRB/MA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 12.727, DE 17 DE OUTUBRO DE 2012

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória nº 2.166- 67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º-A Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.

Parágrafo único. Tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável, esta Lei atenderá aos seguintes princípios:

I - afirmação do compromisso soberano do Brasil com a preservação das suas florestas e demais formas de vegetação nativa, bem como da biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos e da integridade do sistema climático, para o bem estar das gerações presentes e futuras;

II - reafirmação da importância da função estratégica da atividade agropecuária e do papel das florestas e demais formas de vegetação nativa na sustentabilidade, no crescimento econômico, na melhoria da qualidade de vida da população brasileira e na presença do País nos mercados nacional e internacional de alimentos e bioenergia;

III - ação governamental de proteção e uso sustentável de florestas, consagrando o compromisso do País com a compatibilização e harmonização entre o uso produtivo da terra e a preservação da água, do solo e da vegetação;

IV - responsabilidade comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em colaboração com a sociedade civil, na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa e de suas funções ecológicas e sociais nas áreas urbanas e rurais;

V - fomento à pesquisa científica e tecnológica na busca da inovação para o uso sustentável do solo e da água, a recuperação e a preservação das florestas e demais formas de vegetação nativa;

VI - criação e mobilização de incentivos econômicos para fomentar a preservação e a recuperação da vegetação nativa e para promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis."

"Art. 3º

XII - vereda: fitofisionomia de savana, encontrada em solos hidromórficos, usualmente com a palmeira arbórea *Mauritia flexuosa* - buriti emergente, sem formar dossel, em meio a agrupamentos de espécies arbustivo-herbáceas; .

XXIV - pousio: prática de interrupção temporária de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais, por no máximo 5 (cinco) anos, para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo;

XXV - áreas úmidas: pantanais e superfícies terrestres cobertas de forma periódica por águas, cobertas originalmente por florestas ou outras formas de vegetação adaptadas à inundação;

XXVI -  rea urbana consolidada: aquela de que trata o inciso II do caput do art. 47 da Lei n  11.977, de 7 de julho de 2009; e

XXVII - crédito de carbono: título de direito sobre bem intangível e incorpóreo transacionável.

....." (NR)

"Art. 4 

I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os ef meros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

.....

III - as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento;

IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situa o topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros;

.....

XI - em veredas, a faixa marginal, em proje o horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado.

  1  Não será exigida área de Preserva o Permanente no entorno de reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais.

  2  (Revogado).

.....

  4  Nas acumula es naturais ou artificiais de água com superfície inferior a 1 (um) hectare, fica dispensada a reserva da faixa de prote o prevista nos incisos II e III do caput, vedada nova supressão de áreas de vegeta o nativa, salvo autoriza o do  rgo ambiental competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama.

.....

  6 

.....

V - não implique novas supressões de vegeta o nativa.

.....

§ 9º (VETADO)." (NR)

"Art. 5º Na implantação de reservatório d'água artificial destinado a geração de energia ou abastecimento público, é obrigatória a aquisição, desapropriação ou instituição de servidão administrativa pelo empreendedor das Áreas de Preservação Permanente criadas em seu entorno, conforme estabelecido no licenciamento ambiental, observando-se a faixa mínima de 30 (trinta) metros e máxima de 100 (cem) metros em área rural, e a faixa mínima de 15 (quinze) metros e máxima de 30 (trinta) metros em área urbana.

§ 1º Na implantação de reservatórios d'água artificiais de que trata o caput, o empreendedor, no âmbito do licenciamento ambiental, elaborará Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório, em conformidade com termo de referência expedido pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama, não podendo o uso exceder a 10% (dez por cento) do total da Área de Preservação Permanente.

....." (NR)

"Art. 6º

.....

IX - proteger áreas úmidas, especialmente as de importância internacional." (NR)

"Art. 10. Nos pantanais e planícies pantaneiras, é permitida a exploração ecologicamente sustentável, devendo-se considerar as recomendações técnicas dos órgãos oficiais de pesquisa, ficando novas supressões de vegetação nativa para uso alternativo do solo condicionadas à autorização do órgão estadual do meio ambiente, com base nas recomendações mencionadas neste artigo." (NR)

"CAPÍTULO III-A

DO USO ECOLOGICAMENTE SUSTENTÁVEL
DOS APICUNS E SALGADOS

Art. 11-A. A Zona Costeira é patrimônio nacional, nos termos do § 4º do art. 225 da Constituição Federal, devendo sua ocupação e exploração dar-se de modo ecologicamente sustentável.

§ 1º Os apicuns e salgados podem ser utilizados em atividades de carcinicultura e salinas, desde que observados os seguintes requisitos:

I - área total ocupada em cada Estado não superior a 10% (dez por cento) dessa modalidade de fitofisionomia no bioma amazônico e a 35% (trinta e cinco por cento) no restante do País, excluídas as ocupações consolidadas que atendam ao disposto no § 6º deste artigo;

II - salvaguarda da absoluta integridade dos manguezais arbustivos e dos processos ecológicos essenciais a eles associados, bem como da sua produtividade biológica e condição de berçário de recursos pesqueiros;

III - licenciamento da atividade e das instalações pelo órgão ambiental estadual, cientificado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

Naturais Renováveis - IBAMA e, no caso de uso de terrenos de marinha ou outros bens da União, realizada regularização prévia da titulação perante a União;

IV - recolhimento, tratamento e disposição adequados dos efluentes e resíduos;

V - garantia da manutenção da qualidade da água e do solo, respeitadas as Áreas de Preservação Permanente; e

VI - respeito às atividades tradicionais de sobrevivência das comunidades locais.

§ 2º A licença ambiental, na hipótese deste artigo, será de 5 (cinco) anos, renovável apenas se o empreendedor cumprir as exigências da legislação ambiental e do próprio licenciamento, mediante comprovação anual, inclusive por mídia fotográfica.

§ 3º São sujeitos à apresentação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA os novos empreendimentos:

I - com área superior a 50 (cinquenta) hectares, vedada a fragmentação do projeto para ocultar ou camuflar seu porte;

II - com área de até 50 (cinquenta) hectares, se potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente; ou

III - localizados em região com adensamento de empreendimentos de carcinicultura ou salinas cujo impacto afete áreas comuns.

§ 4º O órgão licenciador competente, mediante decisão motivada, poderá, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis, bem como do dever de recuperar os danos ambientais causados, alterar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, quando ocorrer:

I - descumprimento ou cumprimento inadequado das condicionantes ou medidas de controle previstas no licenciamento, ou desobediência às normas aplicáveis;

II - fornecimento de informação falsa, dúbia ou enganosa, inclusive por omissão, em qualquer fase do licenciamento ou período de validade da licença; ou

III - superveniência de informações sobre riscos ao meio ambiente ou à saúde pública.

§ 5º A ampliação da ocupação de apicuns e salgados respeitará o Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira - ZEEZOC, com a individualização das áreas ainda passíveis de uso, em escala mínima de 1:10.000, que deverá ser concluído por cada Estado no prazo máximo de 1 (um) ano a partir da data da publicação desta Lei.

§ 6º É assegurada a regularização das atividades e empreendimentos de carcinicultura e salinas cuja ocupação e implantação tenham ocorrido antes de 22 de julho de 2008, desde que o empreendedor, pessoa física ou jurídica, comprove sua localização em apicum ou salgado e se obrigue, por termo de compromisso, a proteger a integridade dos manguezais arbustivos adjacentes.

§ 7º É vedada a manutenção, licenciamento ou regularização, em qualquer hipótese ou forma, de ocupação ou exploração irregular em apicum ou salgado, ressalvadas as exceções previstas neste artigo."

"Art. 12. Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados os seguintes percentuais mínimos em relação à área do imóvel, excetuados os casos previstos no art. 68 desta Lei:

....." (NR)

"Art. 14.

.....

§ 2º Protocolada a documentação exigida para a análise da localização da área de Reserva Legal, ao proprietário ou possuidor rural não poderá ser imputada sanção administrativa, inclusive restrição a direitos, por qualquer órgão ambiental competente integrante do Sisnama, em razão da não formalização da área de Reserva Legal." (NR)

"Art. 15.

.....

§ 3º O cômputo de que trata o caput aplica-se a todas as modalidades de cumprimento da Reserva Legal, abrangendo a regeneração, a recomposição e a compensação.

§ 4º É dispensada a aplicação do inciso I do caput deste artigo, quando as Áreas de Preservação Permanente conservadas ou em processo de recuperação, somadas às demais florestas e outras formas de vegetação nativa existentes em imóvel, ultrapassarem:

I - 80% (oitenta por cento) do imóvel rural localizado em áreas de floresta na Amazônia Legal; e

II - (VETADO)." (NR)

"Art. 16. Poderá ser instituído Reserva Legal em regime de condomínio ou coletiva entre propriedades rurais, respeitado o percentual previsto no art. 12 em relação a cada imóvel.

....." (NR)

"Art. 17.

.....

§ 3º É obrigatória a suspensão imediata das atividades em área de Reserva Legal desmatada irregularmente após 22 de julho de 2008.

§ 4º Sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis, deverá ser iniciado, nas áreas de que trata o § 3º deste artigo, o processo de recomposição da Reserva Legal em até 2 (dois) anos contados a partir da data da publicação desta Lei, devendo tal processo ser concluído nos prazos estabelecidos pelo Programa de Regularização Ambiental - PRA, de que trata o art. 59." (NR)

"Art. 18.
.....

§ 4º O registro da Reserva Legal no CAR desobriga a averbação no Cartório de Registro de Imóveis, sendo que, no período entre a data da publicação desta Lei e o registro no CAR, o proprietário ou possuidor rural que desejar fazer a averbação terá direito à gratuidade deste ato." (NR)

"Art. 29.

§ 1º A inscrição do imóvel rural no CAR deverá ser feita, preferencialmente, no órgão ambiental municipal ou estadual, que, nos termos do regulamento, exigirá do proprietário ou possuidor rural:

....." (NR)

"Art. 35. O controle da origem da madeira, do carvão e de outros produtos ou subprodutos florestais incluirá sistema nacional que integre os dados dos diferentes entes federativos, coordenado, fiscalizado e regulamentado pelo órgão federal competente do Sisnama.

§ 1º (VETADO).

.....

§ 5º O órgão federal coordenador do sistema nacional poderá bloquear a emissão de Documento de Origem Florestal - DOF dos entes federativos não integrados ao sistema e fiscalizar os dados e relatórios respectivos." (NR)

"Art. 36.

.....

§ 5º O órgão ambiental federal do Sisnama regulamentará os casos de dispensa da licença prevista no caput." (NR)

"Art. 41. É o Poder Executivo federal autorizado a instituir, sem prejuízo do cumprimento da legislação ambiental, programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, bem como para adoção de tecnologias e boas práticas que conciliem a produtividade agropecuária e florestal, com redução dos impactos ambientais, como forma de promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável, observados sempre os critérios de progressividade, abrangendo as seguintes categorias e linhas de ação:

.....

§ 7º O pagamento ou incentivo a serviços ambientais a que se refere o inciso I deste artigo serão prioritariamente destinados aos agricultores familiares como definidos no inciso V do art. 3º desta Lei." (NR)

"Art. 42. O Governo Federal implantará programa para conversão da multa prevista no art. 50 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, destinado a imóveis rurais, referente a autuações vinculadas a desmatamentos em áreas

onde não era vedada a supressão, que foram promovidos sem autorização ou licença, em data anterior a 22 de julho de 2008." (NR)

"Art. 58. Assegurado o controle e a fiscalização dos órgãos ambientais competentes dos respectivos planos ou projetos, assim como as obrigações do detentor do imóvel, o poder público poderá instituir programa de apoio técnico e incentivos financeiros, podendo incluir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, os imóveis a que se refere o inciso V do caput do art. 3º, nas iniciativas de:

....." (NR)

"Art. 59.

§ 6º (VETADO)."

"Art. 61-A. Nas Áreas de Preservação Permanente, é autorizada, exclusivamente, a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008.

§ 1º Para os imóveis rurais com área de até 1 (um) módulo fiscal que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em 5 (cinco) metros, contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d'água.

§ 2º Para os imóveis rurais com área superior a 1 (um) módulo fiscal e de até 2 (dois) módulos fiscais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em 8 (oito) metros, contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d'água.

§ 3º Para os imóveis rurais com área superior a 2 (dois) módulos fiscais e de até 4 (quatro) módulos fiscais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em 15 (quinze) metros, contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d'água.

§ 4º Para os imóveis rurais com área superior a 4 (quatro) módulos fiscais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais:

I - (VETADO); e

II - nos demais casos, conforme determinação do PRA, observado o mínimo de 20 (vinte) e o máximo de 100 (cem) metros, contados da borda da calha do leito regular.

§ 5º Nos casos de áreas rurais consolidadas em Áreas de Preservação

Permanente no entorno de nascentes e olhos d'água perenes, será admitida a manutenção de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo ou de turismo rural, sendo obrigatória a recomposição do raio mínimo de 15 (quinze) metros.

§ 6º Para os imóveis rurais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente no entorno de lagos e lagoas naturais, será admitida a manutenção de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo ou de turismo rural, sendo obrigatória a recomposição de faixa marginal com largura mínima de:

I - 5 (cinco) metros, para imóveis rurais com área de até 1 (um) módulo fiscal;

II - 8 (oito) metros, para imóveis rurais com área superior a 1 (um) módulo fiscal e de até 2 (dois) módulos fiscais;

III - 15 (quinze) metros, para imóveis rurais com área superior a 2 (dois) módulos fiscais e de até 4 (quatro) módulos fiscais; e

IV - 30 (trinta) metros, para imóveis rurais com área superior a 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 7º Nos casos de áreas rurais consolidadas em veredas, será obrigatória a recomposição das faixas marginais, em projeção horizontal, delimitadas a partir do espaço brejoso e encharcado, de largura mínima de:

I - 30 (trinta) metros, para imóveis rurais com área de até 4 (quatro) módulos fiscais; e

II - 50 (cinquenta) metros, para imóveis rurais com área superior a 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 8º Será considerada, para os fins do disposto no caput e nos §§ 1º a 7º, a área detida pelo imóvel rural em 22 de julho de 2008.

§ 9º A existência das situações previstas no caput deverá ser informada no CAR para fins de monitoramento, sendo exigida, nesses casos, a adoção de técnicas de conservação do solo e da água que visem à mitigação dos eventuais impactos.

§ 10. Antes mesmo da disponibilização do CAR, no caso das intervenções já existentes, é o proprietário ou possuidor rural responsável pela conservação do solo e da água, por meio de adoção de boas práticas agronômicas.

§ 11. A realização das atividades previstas no caput observará critérios técnicos de conservação do solo e da água indicados no PRA previsto nesta Lei, sendo vedada a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo nesses locais.

§ 12. Será admitida a manutenção de residências e da infraestrutura associada às atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural, inclusive o

acesso a essas atividades, independentemente das determinações contidas no caput e nos §§ 1º a 7º, desde que não estejam em área que ofereça risco à vida ou à integridade física das pessoas.

§ 13. A recomposição de que trata este artigo poderá ser feita, isolada ou conjuntamente, pelos seguintes métodos:

I - condução de regeneração natural de espécies nativas;

II - plantio de espécies nativas;

III - plantio de espécies nativas conjugado com a condução da regeneração natural de espécies nativas;

IV - plantio intercalado de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo, exóticas com nativas de ocorrência regional, em até 50% (cinquenta por cento) da área total a ser recomposta, no caso dos imóveis a que se refere o inciso V do caput do art. 3º;

V - (VETADO).

§ 14. Em todos os casos previstos neste artigo, o poder público, verificada a existência de risco de agravamento de processos erosivos ou de inundações, determinará a adoção de medidas mitigadoras que garantam a estabilidade das margens e a qualidade da água, após deliberação do Conselho Estadual de Meio Ambiente ou de órgão colegiado estadual equivalente.

§ 15. A partir da data da publicação desta Lei e até o término do prazo de adesão ao PRA de que trata o § 2º do art. 59, é autorizada a continuidade das atividades desenvolvidas nas áreas de que trata o caput, as quais deverão ser informadas no CAR para fins de monitoramento, sendo exigida a adoção de medidas de conservação do solo e da água.

§ 16. As Áreas de Preservação Permanente localizadas em imóveis inseridos nos limites de Unidades de Conservação de Proteção Integral criadas por ato do poder público até a data de publicação desta Lei não são passíveis de ter quaisquer atividades consideradas como consolidadas nos termos do caput e dos §§ 1º a 15, ressalvado o que dispuser o Plano de Manejo elaborado e aprovado de acordo com as orientações emitidas pelo órgão competente do Sisnama, nos termos do que dispuser regulamento do Chefe do Poder Executivo, devendo o proprietário, possuidor rural ou ocupante a qualquer título adotar todas as medidas indicadas.

§ 17. Em bacias hidrográficas consideradas críticas, conforme previsto em legislação específica, o Chefe do Poder Executivo poderá, em ato próprio, estabelecer metas e diretrizes de recuperação ou conservação da vegetação nativa superiores às definidas no caput e nos §§ 1º a 7º, como projeto prioritário, ouvidos o Comitê de Bacia Hidrográfica e o Conselho Estadual de Meio Ambiente.

§ 18. (VETADO)."

"Art. 61-B. Aos proprietários e possuidores dos imóveis rurais que, em 22 de julho de 2008, detinham até 10 (dez) módulos fiscais e desenvolviam atividades agrossilvipastoris nas áreas consolidadas em Áreas de Preservação

Permanente é garantido que a exigência de recomposição, nos termos desta Lei, somadas todas as Áreas de Preservação Permanente do imóvel, não ultrapassará:

I - 10% (dez por cento) da área total do imóvel, para imóveis rurais com área de até 2 (dois) módulos fiscais;

II - 20% (vinte por cento) da área total do imóvel, para imóveis rurais com área superior a 2 (dois) e de até 4 (quatro) módulos fiscais;

III - (VETADO)."

"Art. 61-C. Para os assentamentos do Programa de Reforma Agrária, a recomposição de áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo ou no entorno de cursos d'água, lagos e lagoas naturais observará as exigências estabelecidas no art. 61-A, observados os limites de cada área demarcada individualmente, objeto de contrato de concessão de uso, até a titulação por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra."

"Art. 66.
.....

§ 3º A recomposição de que trata o inciso I do caput poderá ser realizada mediante o plantio intercalado de espécies nativas com exóticas ou frutíferas, em sistema agroflorestal, observados os seguintes parâmetros:

....." (NR)

"Art. 78-A. Após 5 (cinco) anos da data da publicação desta Lei, as instituições financeiras só concederão crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, para proprietários de imóveis rurais que estejam inscritos no CAR."

"Art. 83. (VETADO)."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de outubro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF

Mendes Ribeiro Filho

Miriam Belchior

Marco Antonio Raupp

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Laudemir André Müller

Aguinaldo Ribeiro

Luís Inácio Lucena Adams

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.652, de 2016, visa alterar a Lei nº 12.651, de 2012 – a Lei Florestal –, para estabelecer que o pousio será comprovado por meio de declaração emitida por órgão competente, registrando-se a data de seu início. O autor

justifica a proposição argumentando que é preciso definir a data de início do pousio, para que o produtor rural possa usufruir dos benefícios promovidos pela Lei Florestal. Caso contrário, a Lei pode contribuir como subterfúgio para o aumento de terras improdutivas.

A proposição está sujeita à tramitação conclusiva nas comissões e não recebeu emendas, no prazo regimental.

II - VOTO DO RELATOR

Pousio é uma prática agrícola milenar, em que o agricultor deixa uma parcela da propriedade sem produção, para o solo “descansar” por um período e repor os nutrientes perdidos com o plantio agrícola. O respeito ao pousio estava previsto no Código Florestal de 1965, para a pequena propriedade e a posse rural familiar e de população tradicional.

Na nova Lei Florestal, ao longo do processo de tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o conceito de pousio foi objeto de inúmeras modificações. Discutiu-se delimitar o período admitido para o pousio, bem como a porcentagem da propriedade que poderia ser mantida nessas condições.

O texto aprovado no Congresso Nacional admitia a prática para qualquer proprietário ou posseiro rural sem fazer tais restrições e foi objeto de veto presidencial. Entre as razões do veto, afirmou-se que “a ausência desses limites torna possível que um imóvel ou uma área rural permaneça em regime de pousio indefinidamente, o que impediria a efetiva fiscalização quanto ao cumprimento da legislação ambiental e da função social da propriedade”.

Após os vetos, o Poder Executivo, encaminhou, ao Congresso Nacional, a Medida Provisória (MP) nº 571, de 2012, para alterar a Lei Florestal. Entre as alterações propostas, estava o conceito de pousio. Essa MP foi convertida na Lei nº 12.727, de 2012, que alterou a Lei Florestal. Assim, o texto em vigor da Lei, alterada pela Lei nº 12.727/2012, estabelece:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

.....

XXIV - pousio: prática de interrupção temporária de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais, por no máximo 5 (cinco)

anos, para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo;

Verifica-se que a Lei Florestal inseriu o período em que se admite o pousio, circunscrito a cinco anos. Essa medida é importante porque, como alertado no veto presidencial à redação anterior da Lei, bem como na justificção do Projeto de Lei nº 4.652/2016, a suspensão da atividade agrícola não pode ocorrer por tempo indeterminado, sob pena de servir como subterfúgio para terras abandonadas, sem manejo algum.

Note-se que a própria Lei Florestal inclui o pousio no conceito de área rural consolidada:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

.....

IV - área rural consolidada: área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio;

A ausência de período de tempo para o pousio possibilitava que áreas abandonadas pudessem ser consideradas como consolidadas, para justificar a permanência de ocupações irregulares do ponto de vista da legislação ambiental. Lembre-se que os desmatamentos irregulares ocorridos até 22 de julho de 2008 foram, em grande medida, legalizados no âmbito da Lei Florestal. Com a instituição do período máximo para o pousio, foi minimizado o risco de que este seja usado para fins ilícitos.

Entretanto, a Lei ainda guarda uma fragilidade, pois não exige comprovação da data de início do pousio. A proposição em análise visa dar maior segurança à aplicação da Lei Florestal, com a inclusão dessa exigência, o que possibilitará a atuação dos órgãos fiscalizadores e a boa aplicação da Lei. Consideramos, apenas, que esse registro deve ser realizado no âmbito do Cadastro Ambiental Rural (CAR) – e não pelos técnicos dos órgãos ambientais.

Sabemos que a estrutura dos órgãos que compõem o Sistema Nacional do Meio Ambiente já está onerada com funções as mais diversas. Sua atuação principal, nas propriedades e posses, deve ser a fiscalização. Por outro lado,

o CAR já está funcionando e inclui, em sua base de dados, mais de 90% das áreas rurais brasileiras.

Portanto, entendemos que a proposição precisa ser aperfeiçoada, para determinar que a data de início do pousio seja registrada no CAR. Além disso, a proposição precisa ser corrigida, no sentido de que a alteração proposta seja incluída diretamente no texto da Lei Florestal em vigor – e não na Lei 12.727/2012.

Em vista desses argumentos, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.652, de 2016, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 05 de julho de 2016.

Deputado DANIEL COELHO

Relator

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.652, DE 2016

Altera a Lei nº 12.651, de 2012 (Lei Florestal), em relação ao pousio.

Art. 1º Acrescente-se o seguinte § 2º ao art. 3º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passando o atual parágrafo único a numerar-se § 1º:

Art. 3º

.....

§ 2º Para fins de contagem do prazo previsto no inciso XXIV do *caput* deste artigo, o proprietário ou posseiro rural deverá registrar a data de início do pousio no Cadastro Ambiental Rural. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 05 de julho de 2016.

Deputado DANIEL COELHO

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou, com substitutivo o Projeto de Lei nº 4.652/2016, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Daniel Coelho.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Heitor Schuch - Vice-Presidente, Augusto Carvalho, Daniel Coelho, Givaldo Vieira, Josué Bengtson, Leonardo Monteiro, Mauro Pereira, Nilto Tatto, Roberto Balestra, Rodrigo Martins, Toninho Pinheiro, Victor Mendes, Bilac Pinto, Carlos Gomes, Max Filho, Nilson Leitão, Ricardo Izar e Zé Silva.

Sala da Comissão, em 9 de novembro de 2016.

Deputado HEITOR SCHUCH
Presidente em exercício

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 4.652, DE 2016

Altera a Lei nº 12.651, de 2012 (Lei Florestal), em relação ao pousio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte § 2º ao art. 3º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passando o atual parágrafo único a numerar-se § 1º:

Art. 3º

.....

§ 2º Para fins de contagem do prazo previsto no inciso XXIV do caput deste artigo, o proprietário ou posseiro rural deverá registrar a data de início do pousio no Cadastro Ambiental Rural. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 9 de novembro de 2016

Deputado HEITOR SCHUCH
Presidente em exercício

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.652, de 2016, visa alterar a Lei nº 12.651, de 2012 – a Lei Florestal –, para estabelecer que o pousio será comprovado por meio de declaração emitida por órgão competente, registrando-se a data de seu início. O autor justifica a proposição argumentando que é preciso definir a data de início do pousio, para que o produtor rural possa usufruir dos benefícios promovidos pela Lei Florestal. Caso contrário, a Lei pode contribuir como subterfúgio para o aumento de terras improdutivas.

A proposição está sujeita à tramitação conclusiva nas comissões e não recebeu emendas, no prazo regimental.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Pousio, em agricultura, é nome que se dá ao descanso ou repouso proporcionado às terras cultiváveis, interrompendo o cultivo e, dessa forma, possibilitando a recuperação da fertilidade do solo. Além disso, pode ser usado como meio de controle de ervas daninhas, pragas e doenças, quando consorciada a outras práticas.

A prática é comum entre pequenos agricultores que não dispõem de outros meios para restabelecer as propriedades físicas, químicas e biológicas do solo esgotado pela sequência de cultivos.

Foi a Lei nº 12.727, de 2012, que alterou a atual Lei Florestal (Lei nº 12.651, de 2012), que incluiu o conceito de pousio, estabelecendo:

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

.....

XXIV - pousio: prática de interrupção temporária de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais, por no máximo 5 (cinco) anos, para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo,”

Apesar do conceito determinar o prazo máximo para o pousio, tem razão o nobre Deputado Cleber Verde, quando afirma que faltou definir o modo como registrar o início desse período, pois, caso contrário, a lei poderia servir de subterfúgio para o aumento das terras improdutivas.

Assim, a proposição em análise visa dar maior segurança à aplicação da Lei Florestal, com a inclusão dessa exigência, o que possibilitará a atuação dos órgãos fiscalizadores e a boa aplicação da Lei.

Entretanto, concordamos com o parecer aprovado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que considerou mais adequado ser feito esse registro no âmbito do Cadastro Ambiental Rural (CAR) – e não por meio de declaração emitida por órgão competente, o que certamente iria burocratizar ainda mais o processo.

Além disso, também concordamos que a proposição precisa ser adequada no sentido de que a alteração proposta seja incluída diretamente no texto da Lei nº 12.651, de 2012.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.652, de 2016, na forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Sala da Comissão, em 19 de dezembro de 2016.

Deputado LÁZARO BOTELHO
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 4.652/2016, na forma do Substitutivo da CMADS, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Lázaro Botelho.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Sergio Souza - Presidente, Adilton Sachetti, André Abdon, André Amaral, Assis do Couto, Beto Faro, Celso Maldaner, César Halum, César Messias, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Dulce Miranda, Evair Vieira de Melo, Evandro Roman, Francisco Chapadinha, Guilherme Coelho, Heitor Schuch, Herculano Passos, Heuler Cruvinel, Irajá Abreu, Izaque Silva, Jerônimo Goergen, João Daniel, Jony Marcos, Jorge Boeira, Josué Bengtson, Lázaro Botelho, Luana

Costa, Lucio Mosquini, Luis Carlos Heinze, Luiz Cláudio, Luiz Nishimori, Marcon, Nelson Meurer, Nelson Padovani, Newton Cardoso Jr, Nilson Leitão, Onyx Lorenzoni, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Balestra, Rogério Peninha Mendonça, Valdir Colatto, Valmir Assunção, Zé Silva, Zeca do Pt, Beto Salame, Davidson Magalhães, Hélio Leite, Marcos Montes, Nilton Capixaba e Professor Victório Galli.

Sala da Comissão, em 5 de abril de 2017.

Deputado SERGIO SOUZA
Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I - RELATÓRIO

O **Projeto de Lei nº 4.652, de 2016**, de autoria do Deputado Cleber Verde, tem por escopo modificar o art. 3º, XXIV, da Lei nº 12.651, de 2012 (Código Florestal), a fim de determinar que a prática de pousio do solo, ou seja, de interrupção temporária das atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, deverá ter sua data de início comprovada por meio de declaração emitida por órgão competente.

Em sua justificativa, o autor argumenta que, embora a legislação estabeleça o prazo máximo de cinco anos para o pousio do solo (conforme definido pelo art. 3º, XXIV, da Lei nº 12.651/2012), não encontramos na lei a definição de um modelo de registro do início desse prazo. Nesse sentido, defende a necessidade de formalização da data do início da contagem do prazo de pousio, de modo a evitar a manutenção de terras improdutivas por tempo indeterminado.

A proposição está sujeita ao regime ordinário de tramitação, conforme determina o art. 151, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), e à apreciação conclusiva pelas Comissões, nos termos do art. 24, II, do mesmo diploma normativo.

O projeto foi distribuído à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, para parecer de mérito, bem como a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para análise dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, nos termos dos arts. 139, II, “c” e 54, I, do RICD.

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

(CMADS) observou, em seu parecer, que a alteração promovida no Código Florestal pela Lei nº 12.727, de 2012, instituindo o período máximo de cinco anos para o pousio, foi de fundamental importância para minimizar o risco de que esse instituto fosse utilizado para fins ilícitos, haja vista que *“a suspensão da atividade agrícola não pode ocorrer por tempo indeterminado, sob pena de servir como subterfúgio para terras abandonadas, sem manejo algum”*. Destacou, contudo, que *“a Lei ainda guarda uma fragilidade, pois não exige comprovação da data de início do pousio”* e, nesse sentido, *“a proposição em análise visa dar maior segurança à aplicação da Lei Florestal, com a inclusão dessa exigência, o que possibilitará a atuação dos órgãos fiscalizadores e a boa aplicação da Lei”*.

Não obstante tenha registrado a importância da proposição para proporcionar maior efetividade à aplicação do Código Florestal no que se refere ao pousio do solo, a CMADS apontou a necessidade de aperfeiçoamento do texto do PL nº 4.652/2016, para determinar que o registro da data de início do pousio deverá ser feito no âmbito do Cadastro Ambiental Rural, cuja base de dados já inclui mais de 90% das áreas rurais brasileiras. Nesse sentido, votou pela **aprovação** da matéria, **na forma do substitutivo** que apresentou.

O **Substitutivo apresentado pela CMADS**, mantém a redação do art. 3º, XXIV, da Lei nº 12.651/2012, mas acrescenta ao referido artigo um parágrafo segundo, com o seguinte teor: “[p]ara fins de contagem do prazo previsto no inciso XXIV do caput deste artigo, o proprietário ou posseiro rural deverá registrar a data de início do pousio no Cadastro Ambiental Rural.

Na sequência, pronunciou-se a **Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)**, a qual ressaltou que a medida proposta contribuirá para dar maior segurança à aplicação da Lei Florestal, evitando que ausência de registro do início do período de pousio sirva de subterfúgio para o aumento das terras improdutivas. Isto posto, proferiu parecer pela **aprovação do projeto, na forma do substitutivo da CMADS**, por entender que o Cadastro Ambiental Rural é o órgão mais adequado para realizar o registro do início do pousio.

A matéria seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O **Projeto de Lei nº 4.652, de 2016**, bem como o **substitutivo aprovado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)**, vêm ao exame desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para análise dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa (arts. 54, I, e 139, II, “c”, do RICD).

No que diz respeito à constitucionalidade formal, as proposições encontram-se em perfeita regularidade. Têm como objeto tema concernente ao direito agrário, **matéria de competência legislativa privativa da União** (art. 22, I, da CF/88). **É legítima a iniciativa parlamentar** (art. 61, caput, da CF/88), uma vez que não incide, na espécie, reserva de iniciativa. E, por fim, revela-se **adequada a veiculação da matéria por meio de projeto de lei ordinária**, haja vista tratar-se da alteração de lei ordinária em vigor e de não haver exigência constitucional de lei complementar ou de outro veículo normativo para disciplina do assunto.

Quanto à **constitucionalidade material**, não observamos nenhuma ofensa aos princípios e regras que regem o ordenamento jurídico pátrio. De fato, a determinação de que o período de pousio do solo deva ter registro de sua data de início em nada contraria as normas constitucionais e, em verdade, contribui para melhorar a eficácia do Código Floresta, ao conferir maior segurança à atuação dos órgãos e entidades fiscalizadores na aferição do cumprimento do prazo máximo de interrupção temporária das atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura.

Registramos, ainda, que as proposições são dotadas de **juridicidade**, uma vez que inovam no ordenamento jurídico e respeitam os princípios gerais do direito.

Finalmente, **no que concerne à técnica legislativa**, identificamos a necessidade de alguns ajustes tanto no projeto principal quanto no substitutivo da CMADS, para adequá-los ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998, que trata da redação, elaboração, alteração e consolidação das leis, quais sejam:

- 1) em ambas as proposições há a ausência de um artigo primeiro indicando o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, nos termos do art. 7º da LC nº 95/1998, devendo ser inserido esse dispositivo renumerados os demais artigos;

2) no PL nº 4652/2016, temos, ainda:

a) a necessidade de inserção dos sinais gráficos que indicam a manutenção da redação dos demais dispositivos do artigo alterado;

b) a inadequação do uso de cláusula de revogação genérica, o que é vedado pelo art. 9º, da LC nº 95/1998: “a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas”; e

c) a necessidade de alteração da ementa da matéria, bem como de seu art. 1º, uma vez que a Lei Florestal (Lei nº 12.651/2012) é que deve ser alterada pela proposição, e não a Lei nº 12.727/2012.

Ante o exposto, votamos pela **constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.652, de 2016, bem como do Substitutivo apresentado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com as anexas emendas e subemenda de redação.**

Sala da Comissão, em 15 de agosto de 2019.

Deputado PEDRO LUPION
Relator

EMENDA Nº 1

Dê-se à ementa do projeto de lei em epígrafe a seguinte redação:

“Altera o art.3º, XXIV, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para determinar a obrigatoriedade de comprovação do início do período de pousio por meio de declaração emitida por órgão competente”.

Sala da Comissão, em 15 de agosto de 2019.

Deputado PEDRO LUPION
Relator

EMENDA Nº 2

Acrescente-se o seguinte art. 1º ao projeto de lei em epígrafe, renumerando-se os subsequentes:

“Art. 1º Esta Lei altera o art. 3º, XXIV, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para determinar a obrigatoriedade de comprovação do início do período de pousio por meio de declaração emitida por órgão competente”.

Sala da Comissão, em 15 de agosto de 2019.

Deputado PEDRO LUPION
Relator

EMENDA Nº 3

Dê-se ao atual art. 1º do projeto de lei em epígrafe, a seguinte redação:

“O art. 3º, XXIV, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º.....

.....

XXIV – pousio: prática de interrupção temporária de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais, para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo, por no máximo 5 (cinco) anos, comprovados por meio de declaração emitida pelo órgão competente, na qual conste a data de início do pousio;

..... (NR)”.

Sala da Comissão, em 15 de agosto de 2019.

Deputado PEDRO LUPION
Relator

EMENDA Nº 4

Suprima-se o art. 3º do projeto de lei em epígrafe.

Sala da Comissão, em 15 de agosto de 2019.

Deputado PEDRO LUPION

Relator

**SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL AO PROJETO DE LEI Nº 4.652, DE 2016**

Altera a Lei nº 12.651, de 2012 (Lei Florestal),
em relação ao pousio.

SUBEMENDA Nº 1

Acrescente-se o seguinte art. 1º ao substitutivo em epígrafe,
renumerando-se os subsequentes:

“Art. 1º Esta Lei altera o art. 3º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para determinar a obrigatoriedade de comprovação do período de pousio, por meio de registro da data do seu início no Cadastro Ambiental Rural”.

Sala da Comissão, em 15 de agosto de 2019.

Deputado PEDRO LUPION

Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.652/2016, com emendas, e do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com subemenda de redação, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Pedro Lupion.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Felipe Francischini - Presidente, Bia Kicis, Lafayette de Andrada e Caroline de Toni - Vice-Presidentes, Alexandre Leite, Aureo Ribeiro, Celso Maldaner, Clarissa Garotinho, Darci de Matos, Delegado Marcelo Freitas, Diego Garcia, Eduardo Bismarck, Enrico Misasi, Fábio Trad, Gilson Marques, Herculano Passos, João Campos, João H. Campos, João Roma, Joenia Wapichana, José

Guimarães, Júlio Delgado, Luizão Goulart, Márcio Biolchi, Pastor Eurico, Paulo Eduardo Martins, Paulo Teixeira, Samuel Moreira, Sergio Toledo, Sergio Vidigal, Talíria Petrone, Capitão Wagner, Chris Tonietto, Darcísio Perondi, Evandro Roman, Francisco Jr., Gurgel, José Medeiros, Marcelo Freixo, Orlando Silva, Pedro Lupion, Reginaldo Lopes, Reinhold Stephanes Junior, Rogério Peninha Mendonça, Sanderson, Tadeu Alencar e Túlio Gadêlha.

Sala da Comissão, em 19 de setembro de 2019.

Deputada CAROLINE DE TONI
3ª Vice-Presidente

**EMENDA Nº 1 ADOTADA PELA CCJC
AO PROJETO DE LEI Nº 4.652, DE 2016**

Altera a Lei nº 12.727 de 17 de outubro de 2012, que Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

Dê-se à ementa do projeto de lei em epígrafe a seguinte redação:

“Altera o art.3º, XXIV, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para determinar a obrigatoriedade de comprovação do início do período de pousio por meio de declaração emitida por órgão competente”.

Sala da Comissão, em 19 de setembro de 2019.

Deputada CAROLINE DE TONI
3ª Vice-Presidente

**EMENDA Nº 2 ADOTADA PELA CCJC
AO PROJETO DE LEI Nº 4.652, DE 2016**

Altera a Lei nº 12.727 de 17 de outubro de 2012, que Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

Acrescente-se o seguinte art. 1º ao projeto de lei em epígrafe, renumerando-se os subsequentes:

“Art. 1º Esta Lei altera o art. 3º, XXIV, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para determinar a obrigatoriedade de comprovação do início do período de pousio por meio de declaração emitida por órgão competente”.

Sala da Comissão, em 19 de setembro de 2019.

Deputada CAROLINE DE TONI
3ª Vice-Presidente

**EMENDA Nº 3 ADOTADA PELA CCJC
AO PROJETO DE LEI Nº 4.652, DE 2016**

Altera a Lei nº 12.727 de 17 de outubro de 2012, que Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

Dê-se ao atual art. 1º do projeto de lei em epígrafe, a seguinte redação:

“O art. 3º, XXIV, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º.....
.....

XXIV – pousio: prática de interrupção temporária de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais, para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo, por no máximo 5 (cinco) anos, comprovados por meio de declaração emitida pelo órgão competente, na qual conste a data de início do pousio;

..... (NR)”.

Sala da Comissão, em 19 de setembro de 2019.

Deputada CAROLINE DE TONI
3ª Vice-Presidente

**EMENDA Nº 4 ADOTADA PELA CCJC
AO PROJETO DE LEI Nº 4.652, DE 2016**

Altera a Lei nº 12.727 de 17 de outubro de 2012, que Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

Suprima-se o art. 3º do projeto de lei em epígrafe.

Sala da Comissão, em 19 de setembro de 2019.

Deputada CAROLINE DE TONI
3ª Vice-Presidente

**SUBEMENDA ADOTADA PELA CCJC
AO SUBSTITUTIVO DA CMADS
AO PROJETO DE LEI Nº 4.652, DE 2016**

Altera a Lei nº 12.651, de 2012 (Lei Florestal), em relação ao pousio.

Acrescente-se o seguinte art. 1º ao substitutivo em epígrafe, renumerando-se os subsequentes:

“Art. 1º Esta Lei altera o art. 3º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para determinar a obrigatoriedade de comprovação do período de pousio, por meio de registro da data do seu início no Cadastro Ambiental Rural”.

Sala da Comissão, em 19 de setembro de 2019.

Deputada CAROLINE DE TONI
3ª Vice-Presidente

FIM DO DOCUMENTO